

Dossiê “Indigenismo e história indígena nas Américas (séculos XX e XXI)”

Natally Vieira Dias

Universidade Estadual de Maringá
Maringá - Paraná - Brasil
natyvdias@gmail.com

Apresentação

Pensar as relações entre o fenômeno histórico do indigenismo e as histórias dos diversos povos nativos das Américas ao longo dos últimos séculos constitui um enorme desafio. Por um lado, atualmente vivenciamos o mais do que justo e necessário aumento quantitativo e qualitativo de pesquisas sobre as histórias dos inúmeros povos indígenas do nosso continente, realizadas por pessoas de diferentes origens, étnicas inclusive, oriundas ou não da academia. Essas pesquisas têm se mostrado fundamentais não apenas por possibilitar avanços no âmbito do conhecimento dessas várias histórias, mas igualmente por permitir ampliar o debate e subsidiar o processo – contínuo, longo, tortuoso, mas absolutamente imprescindível – de luta pelo reconhecimento (HONNETH, 2003) da diversidade étnico-cultural. Tratam-se de trabalhos que têm revelado o protagonismo indígena de hoje e de sempre, permitido questionar tanto a contumaz negação dos povos nativos enquanto atores históricos, quanto o predomínio de visões dicotômicas e simplistas como a de vencedores e vencidos.

Por outro lado, e à luz do desenvolvimento cada dia mais significativo da historiografia dedicada às histórias indígenas, estudar o indigenismo pode parecer uma tarefa sem graça de ressuscitar os fantasmas de indivíduos não-indígenas que negaram a palavra aos próprios indígenas e quiseram falar por eles, quando não, ao fim e ao cabo, contra eles. Essa visão geral, que ainda é bastante corrente nos estudos sobre indigenismo,¹ se baseia em um conceito que remonta, em grande medida, à percepção

¹ Enquanto na academia prevalece essa visão bastante limitada, entre a população, de uma forma geral, predomina o desconhecimento a respeito do fenômeno. Para se ter uma ideia, no ano de 2022, quando ganhou grande repercussão nacional o desaparecimento e assassinato de Bruno Pereira, juntamente com o jornalista britânico Dom Phillips, quando atuavam no Vale do Javari em apoio aos indígenas da região, o ex-funcionário da FUNAI foi identificado nas reportagens veiculadas por órgãos de imprensa

legada pela chamada “Antropologia crítica”, de fins dos anos 60, em sua aversão ao que identificou como “o indigenismo”, muito embora se tratasse, de fato, de uma única – embora hegemônica e oficial – expressão indigenista.² Ainda que entendamos como absolutamente justificável a crítica daquela geração de antropólogos, não podemos negligenciar o fato de que ela indiretamente contribuiu para encobrir a diversidade envolvida em um fenômeno que sempre foi múltiplo em sua natureza. No afã de defender sua posição enquanto uma grande novidade histórica, essa perspectiva crítica desconsiderou a enorme diversidade de versões do indigenismo que se desenvolveram ao longo do tempo, muitas das quais, já nas primeiras décadas do século XX, apresentaram embates consistentes contra o indigenismo hegemônico e em defesa da diversidade cultural e do protagonismo dos próprios indígenas.³

Embora, como bem pontua Henri Favre (1999), manifestações de tipo indigenista remontem à própria conquista europeia e perpassem de forma “permanente e difusa” a história do continente americano, é no século XX que se pode identificar a consolidação do indigenismo enquanto um conjunto de reflexões e práticas políticas voltadas aos povos nativos enquanto parte dos Estados nacionais e suas relações em termos de cidadania e identidade. A diversidade dessas propostas e ações ao longo dos últimos séculos, a miríade de expressões regionais que ganhou nas distintas latitudes do

como um “indigenista.” Sendo a palavra tão pouco usual no vocabulário corrente dos brasileiros, foi necessário publicar matérias específicas para explicar o termo. A plataforma ECOA-UOL, por exemplo, publicou na coluna “Destretando” um texto intitulado “O que fazem indigenistas como Bruno Pereira, desaparecido na Amazônia”, o qual apresenta alguns tópicos bastante reveladores do estranhamento causado pelo termo, tais como “O que é indigenismo” e “O que faz um indigenista” (ECO-UOL, 14/06/2022).

² Paradigmática dessa posição é a obra coletiva *De eso que llaman Antropología mexicana*, publicada em 1970.

³ Uma dessas versões, já bastante estudada, é o indigenismo andino da década de 20, em suas variadas expressões regionais, encabeçadas por figuras como Gamaliel Churata, José Carlos Mariátegui e Luis E. Valcárcel. Mas há vários outros exemplos de propostas e ações indigenistas críticas e progressistas que se desenvolveram na primeira metade do século XX e que são bem menos conhecidas, como o caso do estadunidense John Collier, que dirigiu o *Bureau of Indian Affairs* entre as décadas de 30 e 40 e empregou vários indígenas na instituição para que eles atuassem na construção das políticas públicas que deram origem ao chamado *Indian New Deal*, um conjunto de reformas que garantiram, entre outras coisas, a posse comunal das terras indígenas e sua autonomia local, respeitando suas tradições culturais em questões fundamentais, como a escolha de representantes e a manutenção das línguas nativas, fomentando a educação bilíngue e acabando com as famigeradas *Boarding Schools*. Outro exemplo significativo e pouco estudado é o do mexicano Moisés Sáenz, quem, afastando-se do paradigma da “incorporação indígena” nos anos 30, desenvolveu uma concepção indigenista culturalmente pluralista, sem deixar de estar firmemente baseada na defesa da justiça social. Um outro caso fundamental é o do “indigenismo de base” guatemalteco, que se desenvolveu como um desdobramento da Revolução de 1944 e teve como um de seus principais expoentes o antropólogo Joaquín Noval e sua proposta de “autonomia cultural”. Sobre os citados casos menos conhecidos, consultar, respectivamente: SANTOS, 2021; SÁENZ, 2007 [1939]; ESCOBAR URRUTIA, 2013.

continente, as ações, os debates e embates que gerou entre a intelectualidade – a não-indígena e também a indígena – são alguns dos aspectos que tornam o estudo do indigenismo, juntamente com o resgate das várias histórias indígenas, algo central para a compreensão da trajetória histórica do nosso continente.

Da mesma forma que atualmente as múltiplas histórias dos diversos povos nativos têm sido (re)construídas, também precisamos reescrever a história do indigenismo, retomando suas diversas interações com o protagonismo indígena ao longo do tempo, trazendo à tona as conexões tão pouco conhecidas, as aproximações e distanciamentos que marcam a complexa relação entre os indigenismos e as histórias indígenas nas Américas. Pensar essas relações parece-nos essencial, inclusive, para complexificar as próprias identidades indígenas e captar realidades históricas como a *“etnicidad de poblaciones abigarradas y aculturadas”* (RIVERA CUSICANQUI, 2010) e fenômenos como o de “indígenas indigenistas” (GIRAUDO; MARTÍN-SÁNCHEZ, 2016), evitando que a valorização necessária das histórias dos povos nativos das Américas acabe levando àquele *“nuevo estereotipo”*, sobre o qual nos adverte Silvia Rivera Cusicanqui. Essa intelectual *aymara*-boliviana conseguiu perceber muito perspicazmente as armadilhas que rondam a noção de “povos originários”, um termo que *“afirma y reconoce, pero a la vez invisibiliza y excluye”*, na medida em que, ao situar os indígenas em uma suposta origem, *“se niega la coetaneidad de estas poblaciones y se las excluye de las lides de la modernidad”*; resulta, dessa forma, bastante palatável ao *“multiculturalismo oficial”*, ao conferir aos indígenas um *“status residual”*, que os identifica a espécies de *“minorías”* sob rótulos estereotipados como o de *“guardián de la naturaleza.”* (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 55-60.)

O presente dossiê representa um pequeno panorama do desenvolvimento atual de pesquisas sobre indigenismo e história indígena nas Américas. Pretendemos que ele aporte seu *granito de arena*, estimulando novos questionamentos e inquietações que possam resultar em mais estudos sobre o tema.

Referências

ECOIA-UOL. *Destretando*, 14/06/2022. O que fazem indigenistas como Bruno Pereira, desaparecido na Amazônia. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2022/06/14/o-que-fazem-indigenistas-como-bruno-pereira-desaparecido-na-amazonia.htm#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=17176966735067&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fwww.uol.com.br%2Fecoia

[%2Fultimas-noticias%2F2022%2F06%2F14%2Fo-que-fazem-indigenistas-como-bruno-pereira-desaparecido-na-amazonia.htm](#) (Acesso em: 06/06/2024.)

ESCOBAR URRUTIA, Gabriela. Izquierda revolucionaria y población indígena en Guatemala (1946-1972). In: MACLEOD, Morna *et al.* **Guatemala: historia reciente (1954-1996)**. Tomo III: Pueblos indígenas, actores políticos. Ciudad de Guatemala: FLACSO, 2013, p. 213-250.

FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México: FCE, 1999.

GIRAUDO, Laura; MARTÍN- SÁNCHEZ, Juan. “Soy indígena e indigenista”: repensando el indigenismo desde la participación de algunos, no tan pocos indígenas. In: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (org.). **Protagonismo Ameríndio de Ontem e Hoje**. Jundiaí-São Paulo: Paco editorial, 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch’ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SÁENZ, Moisés. **México íntegro** [1939]. México: Cien de México, 2007.

SANTOS, Guilherme Gomes dos. **O indigenismo de John Collier na revista *América Indígena: Órgano Trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*** (1941-1963). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Dissertação de Mestrado, 142p.

WARMAN, Arturo *et al.* **De eso que llaman Antropología mexicana**. México: Nuestro Tiempo, 1970.

SOBRE A ORGANIZADORA

Natally Vieira Dias é doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM).
